



## Aplicações de elementos da teoria das catástrofes ao estudo da (re)produção do espaço urbano: parte 2 – a representação morfológica

*Applications of elements from disaster theory to the study of the (re)production of urban space: part 2 – the morphological representation*

James Amorim Araújo ✉ 

Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Universidade do Estado da Bahia,  
Santo Antônio de Jesus, Bahia, Brasil  
E-mail para correspondência: jaraujo@uneb.br

Recebido (Received): 22/04/2021  
Aceito (Accepted): 10/09/2021

**Resumo:** Este artigo possui como objeto de investigação a releitura da (re)produção do espaço do habitar em Salvador/BA a partir da noção de morfologia hierárquica estratificada, proposta por Henri Lefebvre (1978) com base na Teoria das Catástrofes de René Thom (1972). Nossa problemática foi decifrar a transformação da habitação em mercadoria a partir de uma interpretação do espaço enquanto morfologia. O método de procedimento empregado transitou do diacrônico ao sincrônico em três amostras da morfologia urbana, a partir do que consideramos ser o processo de constituição da mercadoria-habitação. Os resultados alcançados reforçam as evidências da ocorrência de uma catástrofe capitalista ao longo do século XX e a imposição de uma morfologia espacial mais complexa pela qual a habitação reitera a reprodução do capital, mas não de forma homogênea. Concluímos que a noção de morfologia hierárquica estratificada contribui para o aprofundamento da análise da produção do espaço.

**Palavras-chave:** Produção do espaço; Catástrofe capitalista; Morfologia hierárquica estratificada; Mercadoria-habitação.

**Abstract:** This article aims at rereading the production of the dwelling space of Salvador from the notion of hierarchical stratigraphic morphology, proposed by Henri Lefebvre (1978) based on René Thom's Theory of Catastrophes (1972). Our aim was to decipher the transformation of housing into merchandise from an interpretation of space as morphology. The method of work employed was from diachronic to synchronic in three examples from the urban morphology and that we consider to be the commodity-dwelling constitution. The results obtained reinforce the evidence of the occurrence of a capitalist catastrophe throughout the twentieth century and the imposition of a more complex spatial morphology in which housing reiterates the reproduction of capital, even if not homogeneously. We conclude that the notion of stratified hierarchical morphology contributes to the deepening of the critical analysis of space production.

**Keywords:** Production of the space; Capitalist catastrophe; Hierarchical stratigraphic morphology; Commodity-dwelling.

### 1. Introdução

Desde a pesquisa de doutoramento identificamos evidências da correlação entre a reprodução do espaço urbano de Salvador/BA e o processo de acumulação de capital. Estas evidências, advindas de fontes diversas, indicavam não só momentos de mudança da morfologia urbana, como também uma alteração de sua densidade formal, as quais requeriam uma análise que indicasse o sentido daquelas transformações.

Em específico, identificamos uma alteração profunda da produção do habitar em Salvador ao longo do século XX. Havia um processo marcado por continuidades, mas sobretudo, por descontinuidades e sobreposições de morfologias mais complexas ao longo do período de tempo estudado. Este processo o interpretamos correlacionado ao processo de valorização do espaço a partir da perspectiva teórica marxista-lefebvriana. Por outro lado, procuramos associá-lo a outras perspectivas analíticas.

A Teoria das Catástrofes de René Thom, originalmente publicada de 1972, é uma proposição de releitura de sucessão de formas tendo como seus elementos mais significativos as noções de estabilidade estrutural, descontinuidade ou ruptura e morfogênese. O potencial deste teorema em contribuir no estudo e caracterização de fenômenos ditos empíricos é indicado por diversos pesquisadores, dentre eles, o próprio filósofo/sociólogo Henri Lefebvre em 1978.

Neste artigo que ora apresentamos, o principal objetivo é demonstrar como a reprodução do espaço urbano, analisada a partir da habitação na cidade de Salvador/BA, desenvolveu-se a partir uma leitura morfológica. Tomamos, para tanto, como referente teórico-analítico a noção de morfologia hierárquica estratificada, proposta por Lefebvre (1978).

Justificamos sua elaboração como parte de um projeto que visa contribuir com o aprofundamento da abordagem da produção do espaço ao incluir elementos teóricos advindos da Teoria das Catástrofes e da Teoria do Estado de Henri Lefebvre à abordagem da produção do espaço. Trata-se, portanto, de uma contribuição em termos de uma caracterização morfo-topológico.

Apresentamos, a seguir, a problemática de pesquisa seguida do embasamento teórico e dos procedimentos metodológicos elaborados, sequenciados pelo contexto histórico-espacial no qual a problemática se relaciona, assim como pelas análises produzidas e, por último, as conclusões.

## 2. Problemática de pesquisa

Uma mercadoria é um resultado de uma parte do processo global da reprodução de capital. Ela aparece como algo pronto para o uso e, em uma dimensão específica, ela serve de fato para isto. Entretanto, ela é mais do que isso. Toda e qualquer mercadoria possui em si um duplo aspecto, isto é, o seu valor de uso e o valor de troca.

O valor de uso é determinado pela sua necessidade, mas isto todos os economistas clássicos da teoria do valor-trabalho já sabiam. Todavia o seu duplo ou seu valor de troca, filtrado pela sociedade capitalista, apenas foi compreendido em seus múltiplos aspectos por Marx. No livro I do Capital, Marx (1984 [1867], p.55) relata o seguinte: “as mercadorias, recordemos, só encarnam valor (troca) na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra”.

Contudo, a relação de troca especificamente capitalista se estabeleceu para além das equivalências simétricas com outras mercadorias e já não se trata mais de troca simples. A sociedade capitalista constituiu um equivalente geral das trocas ou um terceiro termo, que se denomina dinheiro e suas formas abstratas (por exemplo, crédito), e é esta denominação que corresponde à forma mercadoria. Foi a partir e através dela que as trocas se tornaram abstrações concretas.

A reprodução do espaço, enquanto processo, submeteu-se ao longo do século XX à forma mercadoria, inclusive a parte destinada à habitação. Esta é uma tese explorada até as últimas consequências por Henri Lefebvre (1999; 2004) e, portanto, embasa a abordagem da reprodução do espaço. Logo, é partindo deste embasamento que daremos consecução aos termos da problemática de pesquisa.

A habitação é uma forma socioespacial que se destina à reprodução cotidiana ao nível do privado. *Tout court* a habitação é uma necessidade social e a história que a envolve é marcada por lutas por parte da classe trabalhadora. Basta lembrarmos o estudo clássico de Friedrich Engels sobre a situação de moradia dessa classe na Londres do século XIX. Uma pergunta interessante para dar início à problematização é pensar como a habitação se tornou uma mercadoria. À parte a resposta dada pelo marxismo de acumulação de capital, há que se pensar na formalização deste processo, ou seja, como de fato se efetivou e qual configuração morfológica envelopou a habitação enquanto mercadoria e suas consequências.

Um caminho possível para investigar a efetivação da habitação-mercadoria é começarmos por exemplos concretos e assim, por sucessivas derivações lógicas, chegarmos ao conjunto, mas tal trajetória é bastante comum e tende a repetir uma fórmula usual na Geografia, isto é, partir do visível.

Não resta dúvida de que a habitação se tornou uma mercadoria, porém não uma mercadoria qualquer, já que envolve uma parte significativa da reprodução social. Com efeito, como uma parte da produção do espaço, aquela destinada à habitação, tornou-se uma mercadoria cujo conteúdo contempla as relações fundamentais da sociedade capitalista? Quais transformações (derivações) espaciais podemos deduzir a partir da formalização das relações tipicamente capitalistas ao nível do habitar? Quais eventos históricos na cidade de Salvador revelariam a efetivação das estruturas determinantes da formação social? Em quais momentos

historicamente referenciados da cidade a reprodução morfológica do espaço subsumiu-se à forma mercadoria? Por fim, como a noção de morfologia hierárquica estratificada, proposta por Lefebvre (2009), poderia auxiliar na decifração desse processo?

A hipótese que congrega e visa responder a essas questões é de que as relações fundamentais de reprodução do capital conformaram um campo morfogenético pelo qual a reprodução do espaço se realiza, inclusive a habitação. Este campo morfogenético se constituiu a partir da superação de uma economia regionalizada por uma nacional ou integrada, ao longo dos séculos XIX/XX, e a consequente inserção do solo e do habitar na circulação de capital nas cidades/no urbano. Tal hipótese para ser verificada necessita, por nossa parte, do emprego da noção de morfologia hierárquica estratificada embasada na Teoria das Catástrofes. Afinal, esta noção possibilitaria desvelar a constituição das relações capitalistas na dimensão espacial, a partir de uma configuração morfológica produzida ao longo de um período de tempo historicamente determinado.

Com efeito, partimos de uma abstração concreta, das relações capitalistas mediadas pela forma mercadoria, assim como de uma abstração do conhecimento, isto é, um teorema matemático para reencontrarmos o espaço social.

Esperamos que as análises empreendidas neste artigo confirmem tal hipótese e, ao mesmo tempo, demonstrem a validade científica desta noção de morfologia hierárquica estratificada, inclusive da Teoria das Catástrofes. Outrossim, este trabalho segue na esteira de contribuir para o desenvolvimento da abordagem da reprodução do espaço.

### 3. Embasamento teórico-metodológica

É preciso, antes de qualquer coisa, definir dois conceitos teóricos presentes na problemática de pesquisa, isto é, a forma mercadoria e o capital-mercadoria. A partir desta discussão, derivaremos para os conceitos aplicados à reprodução do espaço e a aproximação com uma teoria de formalização: a Teoria das Catástrofes.

A forma-mercadoria é a forma-equivalente geral das relações de troca e exprime valor na sociedade capitalista. Karl Marx (1984 [1867], p. 79) sublinha que a forma-equivalente vai transitar do ouro para o dinheiro, e essa transmutação é crucial para a superação da forma simples de valor para a forma abstrata. O dinheiro, enquanto forma-equivalente geral, é o que vai possibilitar a circulação sempre ampliada do capital até níveis abstratos da sociedade. O ciclo completo de reprodução do capital é bastante complexo porque superou formas não capitalistas de reprodução. Por outro lado, a reprodução do capital, isto é do valor, pode ser sintetizada em três momentos imbricados: capital-monetário, capital-produtivo e capital-mercadoria (HARVEY, 2013).

Para o escopo deste trabalho, interessa-nos a forma do capital-mercadoria. Esta forma é um momento da circulação do capital e se caracteriza por constituir um mercado específico – o mercantil (HARVEY, 2013). Este mercado é o responsável pela transformação da mercadoria em capital monetário e pelas trocas realizadas. Neste sentido, ele é crucial para a o giro do capital em escala sempre ampliada. Logo, a partir deste entendimento, posicionaremos uma primeira discussão a respeito dos mercados de terras e imobiliário.

Os mercados de terras e imobiliário operam sobre o habitar. A reflexão sobre o habitar não diz respeito apenas a uma prática socioespacial, mas também a um nível da realidade no qual se realiza uma formação social. Enquanto prática socioespacial, o habitar congrega uma parte da reprodução social. Entretanto, o urbanismo modernista interpôs à prática milenar do habitar uma redução ou simplificação formal: o habitat (LEFEBVRE, 1999 [1968]). Portanto, o habitar é o nível mais interno para pensarmos em termos de uma totalidade porque se encontra no cotidiano. Lefebvre (1961; 1981; 1999[1968]), ao analisar o habitar, o fez por meio da crítica ao cotidiano/cotidianidade. Com efeito, o cotidiano é dominado pelos níveis nos quais as relações fundamentais da sociedade se constituem, assim como se interpõem as normas, por isso o que não se “encaixa” aparece como resíduo social.

Contudo, os mercados de terras e o imobiliário não dominam e operam sobre o habitar, reduzindo-o a habitat, sem a participação do Estado. Na realidade, as injunções entre Estado e capital mercantil imobiliário redefinem as formalizações discretas (formas topológicas) nas e pelas quais a forma-mercadoria estabelece suas relações de equivalência com a habitação. Neste sentido, cabe recuperarmos tanto Ozeki (1996), quando relaciona as unidades discretas à reprodução do espaço, quanto o próprio René Thom (1983), sobre as topologias possíveis dessa relação, e isto só é possível por conta da presença do Estado (LEFEBVRE, 1978, p. 256).

O que seriam as unidades discretas relacionadas à reprodução do espaço que Ozeki (1996) se refere? E o que as unidades discretas têm a ver com a Teoria das Catástrofes? De acordo com Ozeki (1996), as unidades discretas são objetos com forma e limite, cujo conteúdo tende a ser definido pelo campo morfogenético no qual estão inseridas. Elas correspondem às formalizações topológicas possíveis de uma morfologia, no caso em tela, a que se realiza enquanto espaço de moradia. Estas formalizações são individualizadas pela legislação urbanística, pelos contratos de compra e venda (os quais efetivamente realizam a equivalência dinheiraria), e alcançam a dimensão concreta e visível na paisagem, além da própria linguagem, o que inclui as representações. Enfim, as formas visíveis são a revelação de uma estrutura social profunda e não visível.

René Thom (1980) elaborou uma detalhada lista de expressões gráficas (representações) de unidades discretas associadas a diferentes conjuntos topológicos. Estes são definidos de acordo com o tipo de morfogênese implantada. No artigo anterior, apresentamos os tipos básicos de catástrofes de bifurcação oriundas de morfogênese. Demos destaque à catástrofe cúspide, pois esta oferece, em tese, uma possibilidade de modelização da reprodução do espaço urbano sob o contexto da forma-mercadoria a partir de um tipo de singularidade específico, no qual a estratificação morfológica ocorre por descontinuidades (crises) ou rupturas reprodutivas ao tipo morfológico anteriormente implantado. A morfologia se atualiza, desdobrando-se em si mesma, porém mais complexa por acúmulo de tempo(ralidade) e capital.

Como dissemos no primeiro artigo, para que a catástrofe cúspide ocorra é necessário que exista um conflito entre atratores e, com efeito, a instauração de uma descontinuidade reprodutiva da morfologia anterior. A interpretação que damos à natureza dos atratores corresponde aos mecanismos de acumulação de capital na formação social brasileira. Neste sentido, a morfogênese oriunda do atrator urbano-industrial constituiu uma morfologia composta de unidades topológicas diferentes daquela produzida pelo atrator de acumulação regional, cuja característica central foi ser agrário-comercial.

Ao adotarmos a catástrofe cúspide para decifrar o movimento de reprodução do espaço e, logo, o contexto ou campo morfogenético de sua realização, chegamos à noção de morfologia hierárquica estratificada de Henri Lefebvre (1978). Esta noção busca representar a estrutura material e abstrata da reprodução do espaço social, o que coloca um desafio para as representações tradicionalmente feitas na Geografia porque têm a materialidade como referente. Quando Lefebvre pensou na teoria das catástrofes, ele vislumbrou a possibilidade de entender a subsunção da reprodução do espaço ao capital e as agruras (rupturas) desse processo e, por outro lado, a presença do Estado submetendo o desenvolvimento (produção) a sua agenda e controle. Assim sendo, o conjunto morfológico assumiria a própria configuração da estrutura social, por isso o termo é morfologia hierárquica estratificada.

A morfologia é hierárquica estratificada porque a formação social que a abriga também o é, e isto é possível de ser demonstrado ao se estudar seus níveis. Cada nível abriga uma dimensão da realidade, mas sua articulação com outros níveis, sobretudo os mais amplos e, necessariamente, mais abstratos, se realiza através de relações de ordens, controle e conflitos. Lefebvre já tinha indicado isto quando da publicação do livro “A produção do espaço” de 1974. No entanto, somente no *De l’Etat* de 1978 ele atingiu a condição de definir a relação entre o espaço e a estrutura da formação social, a partir dos níveis de realidade porque incluiu o Estado e o próprio espaço social.

O emprego da noção de morfologia hierárquica estratificada impõe que destaquemos os tipos formais de unidades discretas em cada nível da formação socioespacial e suas relações de equivalência. Por outro lado, nem tudo se comunica entre os níveis. Como diz Lefebvre (1961), existem os desnivelamentos porque não se trata de um sistema, logo, uma morfologia hierárquica estratificada não constitui uma superfície homogênea, pois existem pontos (áreas) desestruturados/disfuncionais porque em conflito e contradição.

O que aparece, destarte, ao nível do habitar é apenas o resultado de um conjunto morfológico que se constituiu desde níveis amplos e abstratos até chegar ao rés do chão. Com efeito, a materialidade espacial é uma expressão das relações sociais determinadas, portanto, um empreendimento imobiliário qualquer ( $x$ ) resulta da imbricação dos níveis de uma morfologia e sua aparência expressa sua essência.

Então, como conseguir dados empíricos para realizar a demonstração dos termos teóricos até aqui tratados? Quais procedimentos metodológicos deveríamos empreender para coletá-los? Estes questionamentos nos impõem uma reflexão de natureza metodológica.

É possível o estudo de uma morfologia a partir de uma análise diacrônica. Geralmente este método parte do presente em direção ao passado, mas nada impede de começar do passado em direção ao devir. Logo, o movimento de investigação deve incluir tanto o tempo presente quanto o passado, mas não se trata de um recorte aleatório. É preciso buscar não só a origem, mas o fundamento de um fato (evento) (LEFEBVRE, 1971).

A análise diacrônica é definida por Lefebvre (1971; 1986; 2004[1970]) como método regressivo-progressivo, ou seja, realizar um movimento de datação com precisão das formas e suas estruturas do presente indo em direção ao passado (regressivo) e, um outro, que evidencia as modificações ulteriores (virtuais/possíveis) por subordinação ao conjunto atual (progressivo). Ainda segundo Lefebvre, após ir ao passado retorna-se ao presente “agora explicado, compreendido”, mas “que anuncia e faz nascer o novo” (LEFEBVRE, 1999 [1968], p. 11).

As fontes de dados para a procedimento diacrônico provêm de diferentes estudos realizados pela pesquisa em História (dissertações, teses, artigos), assim como a pesquisa em Geografia e em Arquitetura, disponíveis em bibliotecas físicas e virtuais. Outra fonte de dados provêm dos anuários estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de outros institutos locais de pesquisa como a Fundação Pedro Calmon e a Biblioteca Mário Leal Filho, ambas detentoras de amplos acervos de estudos urbanísticos de Salvador. Portanto, o nível de realidade implicado com este procedimento inclui a cidade e também os contextos mais amplos ao longo de um período de tempo determinado.

A decomposição analítica de um objeto de estudos, notadamente para as ciências morfológicas, pressupõe partir de formas e suas configurações (características) e delas derivar para suas funções e posicionamentos no conjunto do qual fazem parte. Desta maneira, uma morfologia é passível de ser descrita pelas formas (unidades discretas) e suas funções no nível próprio da cidade. Tal descrição conduz à análise sincrônica, ou a um “corte” vertical (espaço-tempo) da morfologia a partir do tempo presente do pesquisador.

Os dados para essa análise provêm de levantamento de fontes bibliográficas e de trabalho de campo realizado desde 2008 até 2018. Dessa forma, procedemos às amostras da morfologia espacial de Salvador, em específico, de três seções da cidade: o bairro do Jardim Armação localizado na orla atlântica, o bairro da Liberdade, localizado na porção adjacente na porção centro-norte da cidade do Salvador, e o Pelourinho, localizado no centro histórico, **Figura 1**.



**Figura 1:** Salvador – locais de amostras morfológicas. Fontes: Mapa da CONDER, 2000; fotografias: acervo de trabalho de campo, 2009/2010/2018.

Com efeito, ambas análises se complementam e possibilitam uma interpretação do que coincide enquanto resultado da conjunção (forma-função-estrutura), mas também das não coincidências, afinal não estamos

diante de um sistema, mas de uma formação social (morfologia) que se realiza de acordo com as possibilidades concretas em cada lugar.

Após as análises diacrônica e sincrônica, retornaremos à discussão da reprodução morfológica do espaço em Salvador, a partir da noção de morfologia hierárquica estratificada modelizada pela catástrofe tipo cúspide. Buscamos assim refletir de que forma um modelo (representação) morfológico explicaria os termos da morfogênese capitalista e a reprodução do espaço de Salvador.

#### 4. Análises da reprodução morfológica de Salvador

Seguem-se as análises do processo de estruturação da morfologia hierárquica estratificada em Salvador. Elas estão subdivididas em dois momentos e não partem de início do empírico, mas de fontes diversas como a literatura, produção acadêmica e, por fim, o trabalho de campo.

##### 4.1 Primeira aproximação: análise diacrônica

Onde estaria o fundamento da mercadoria-habitação e do próprio capital mercantil imobiliário na história do Brasil? Alguns dirão que o mercado imobiliário surge no país a partir da década de 1960, quando o regime militar estrutura uma política de habitação no país. Alguns dirão que o mercado imobiliário data de 1930 quando Getúlio Vargas instituiu o primeiro programa de moradias populares. Outros, como eu, concordam que devemos recuar muito no tempo até o século XIX e, mais precisamente, no momento em que a posse da terra evolui para propriedade em 1850, com a efetivação da Lei de Terras. Antes dessa lei, o sistema de sesmarias garantia a posse da terra para fins produtivos. Contudo, a terra praticamente não tinha valor porque este estava no escravo e na produção. Para além de uma mera coincidência, a sanção dessa lei imperial tinha como objetivos agir preventivamente diante da iminência da libertação dos escravos, evitar uma reforma agrária que lhes desse terras, conforme Silva (1996) já observara, e instituir, por ato fundante, o valor à terra por meio do título de propriedade privada (MARTINS, 1979). As terras devolutas, desde então, só poderiam ser compradas, portanto, tal lei acabou por provocar consequências jurídicas que perduram até hoje no acesso à terra, seja no campo ou na cidade.

O declínio da produção açucareira no Nordeste Brasileiro, a partir de meados do século XVII, conjugado com a mudança da capital da colônia no século XVIII, antecedeu a inevitável Lei de Terras de 1850 e o fim da escravidão em 1888. Estes eventos fundamentam o “cercamento dos campos” e a expulsão de escravos libertos a partir do último quartel do século XIX até a década de 1970 do Recôncavo e entorno (SANTOS, 1959). Estes fenômenos provocaram um declínio da economia agrária/comercial de escala regional e a perda de potência reprodutiva da sociedade escravagista. Na cidade de Salvador, o rebatimento destes eventos ligados ao declínio econômico, acrescido de regulações municipais segregacionistas - as chamadas posturas municipais (VASCONCELOS, 2002, p. 264), conduziram à protoformação de um mercado de terras, marcada pela transformação de fazendas e sítios em loteamentos, assim como as formações aglomeradas de moradia sob condições insalubres. Com efeito, o processo de valorização do espaço, em específico o valor do solo, começa a tomar forma já em 1925, uma vez que já é possível identificar agentes denominados de loteadores ou promotores fundiários (PMS, 1977).

Até 1920, aproximadamente, a morfologia espacial da cidade congregava “densamente” as classes sociais, ou seja, elas coabitavam os mesmos espaços porque o regime agrário/regional se baseava em relações sociais pós-escravistas (HABSBURGO apud COSTA, 1989, p. 197). Os primeiros movimentos de ruptura morfológica se iniciam ainda no final do século XIX, mas efetivamente ganham “força” no final da década de 1920, quando as classes dominantes começam sua “marcha para o sul” em direção aos atuais bairros da Graça e Barra, deixando os grandes casarões do centro antigo e entorno. Se o movimento das elites era para o Sul da Península Soteropolitana, o movimento dos pobres ia justamente no sentido oposto, em direção ao norte, para depois da Lapinha, e começava a ocupar as áreas periurbanas tais como a Liberdade, Península Itapagipana, Subúrbio Ferroviário etc., como já foi demonstrado (ARAÚJO, 2016).

Porém, o que a crise habitacional da década de 1930 expressava para além da falta de habitação e espaços urbanizados para as camadas populares? Em termos simples, anunciava que a estrutura social escravagista havia sido rompida, solapada em seu fundamento principal, isto é, o valor não estava mais no escravo e no seu trabalho. De fato, em termos de movimento ou tendência social, as relações sociais se encaminhavam para se reestabelecerem em bases de equivalência abstrata na troca como em toda e qualquer sociedade burguesa. Neste sentido, quem não tem o que trocar é colocado em condição anômala ou subalterna. Instalava-se a ruptura sociológica entreaberta pelo declínio de um tipo de sociedade cuja força estava

assentada em uma economia agrária. Portanto, na materialidade da cidade, tal ruptura se expressava também pelos limites ao direito à moradia.

A partir da década de 1940 surgem as chamadas "invasões" de terras em Salvador. Elas são um indicador inequívoco de que a produção espacial atingiu um patamar de valorização incompatível com a reprodução das camadas populares. O processo de urbanização da cidade é um feito crítico (BAITZ, DAMIANI & RUFINO, 2018) porque impõe um limite claro de inclusão. Aos que se encontram abaixo de um limite crítico de reprodução, a condição de moradia os sevia.

A formação de uma nova centralidade econômica no Sudeste do país por volta de 1940 com a industrialização e, depois, a inserção da Região Nordeste, logo de Salvador e entorno neste processo, deu-se pela acumulação capitalista diferencial (OLIVEIRA, 2003). Com efeito, Salvador começou a apresentar um crescimento populacional em taxas bem acima do esperado, isso já era um reflexo da reestruturação da reprodução do capitalismo em nível nacional. Segundo Santos (1959) e o próprio IBGE através de seus censos demográficos (1940-50), a taxa de crescimento populacional anual subiu de 0,12 ao ano na década de 1930 para 2,98 na década seguinte.

Outro conjunto de dados que corrobora com as correlações acima dizem respeito à expansão da mancha urbana de Salvador. Segundo Neves (1985), de 1850 a 1940, a mancha urbana saiu de uma área inferior a 800 hectares para alcançar a dimensão de 3000 ha. A partir de meados da década de 1960, a massa de investimentos promovidos pelo capital nacional atinge um patamar que conduz Salvador e sua proto região metropolitana a se inserirem nos termos da acumulação e de seu regime, mas em um papel secundário ou diferencial, porque a centralidade do processo estava entre São Paulo e Rio de Janeiro.

De 1920 a 1960, Salvador passou por profundas mudanças em sua morfologia espacial, mas uma das que mais nos chamam a atenção foi a consolidação do loteamento de terras enquanto elemento reestruturador da propriedade da terra e, ao mesmo tempo, estruturador do processo de urbanização e acumulação de capital. Segundo o inventário de loteamentos da Prefeitura Municipal de Salvador, de 1925 até o ano de 1967, nada menos que 239 loteamentos foram implantados na cidade (PMS, 1977) e, entre 1968 e 2002, mais 124 loteamentos (BRITO, 2005). Foi a partir destas condições que um mercado imobiliário se estruturou na cidade.

Finalmente, o fundamento da mercadoria-habitação, enquanto relação de equivalência capitalista, está na formação de classes sociais pós-escravidão.

## ***4.2 Segunda aproximação: análise sincrônica***

Este procedimento metodológico se consubstanciou na realização de trabalho de campo acompanhado de observações sistemáticas das três áreas escolhidas para servirem de amostras morfológicas.

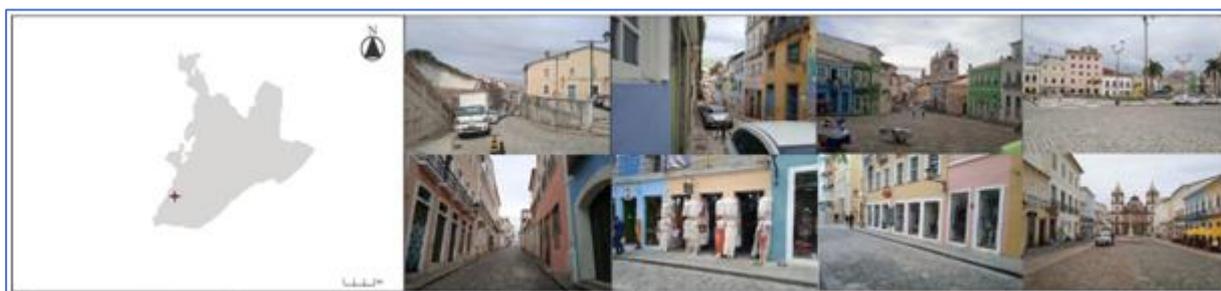
### ***4.2.1 O Pelourinho e o simulacro de bairro***

O casario característico do Pelourinho e adjacências – Santo Antônio Além do Carmo, Saúde (Nazaré), Mercês – fazem parte da morfologia de base da cidade. Possui formas produzidas desde o século XVIII, mas é possível também encontrar algumas de épocas anteriores, como Igrejas e Conventos. As ruas foram concebidas para o tráfego de carros de tração animal, por isso, são frequentemente estreitas e sinuosas. Por outro lado, em muitas partes da área que circunscreve esta espacialidade, diversas intervenções já foram realizadas para adaptá-la à cidade modernista. No entanto, a simples observação da toponímia das ruas nos faz refletir sobre a temporalidade em que esta morfologia foi produzida, tais como, Ladeira da Preguiça, Rua da Oração, Largo do Terreiro de Jesus etc.

Outro aspecto do Pelourinho, o formo-funcional, diz respeito às formas (unidades discretas) as quais já foram quase todas morforrefuncionalizadas, ou seja, não são mais utilizadas para moradia em sua grande maioria. Os casarões reformados (última requalificação em 1992) abrigam um comércio de produtos e serviços turísticos. Além disso, há o papel regulatório do Estado que se expressa no controle do espaço (policimento e vigilância) e na promoção de eventos/atividades, enquanto o setor privado explora bares e restaurantes etc.

No trabalho de campo realizado entre final de 2008 e início de 2009, notamos que as poucas unidades discretas que ainda abrigam moradias se tornaram objeto de um tipo espetacular de habitação. Há uma representação não ajustada às práticas sociais. Isto torna ambíguo o lugar porque não é mais um bairro, não há mais vida de bairro, como aquele descrito nos romances de Jorge Amado da década de 1950. O que há é

um simulacro de bairro. Em outro momento de trabalho de campo, já em 2020, isto ficou ainda mais evidente (**Figura 2**). O Pelourinho, como todo o centro histórico, foi “implodido”, mas ainda existem vestígios do que dele sobrou durante sua ocupação popular (áreas interditas e vigiadas nos limites ou bordas do bairro).



**Figura 2:** Pelourinho: exemplos topológicos. Fontes: Mapa da CONDER, 2000; fotografias: trabalho de campo, 2020.

A topologia capitalista do espaço não se realiza no Pelourinho em sua plenitude, uma vez que fundamento do uso e ocupação do solo não foi alterado e as formas estão preservadas por tombamento. Isto provoca distorções morfotopológicas na realização da forma-mercadoria, o que indica que a relação capital-espaço não se realiza apenas em um sentido da valorização.

#### 4.2.2 A Liberdade e as bidonvilles

Quando Milton Santos escreveu sua Tese de Doutorado sobre o centro de Salvador em 1956, a Liberdade já existia. Ele a denominou juntamente com outras áreas ao Norte da cidade original de “*bidonvilles*” que em tradução livre significa algo como favelas.

A Liberdade ou a Grande Liberdade é um produto da formação da classe trabalhadora em Salvador no contexto de pós-escravidão da década de 1930 em diante. Da anomia dos escravos de ganho, mucamas, amas de leite, lacaios e lumpemproletariado, em uma Salvador já cindida na sua relação de classe, produziu-se a Liberdade.

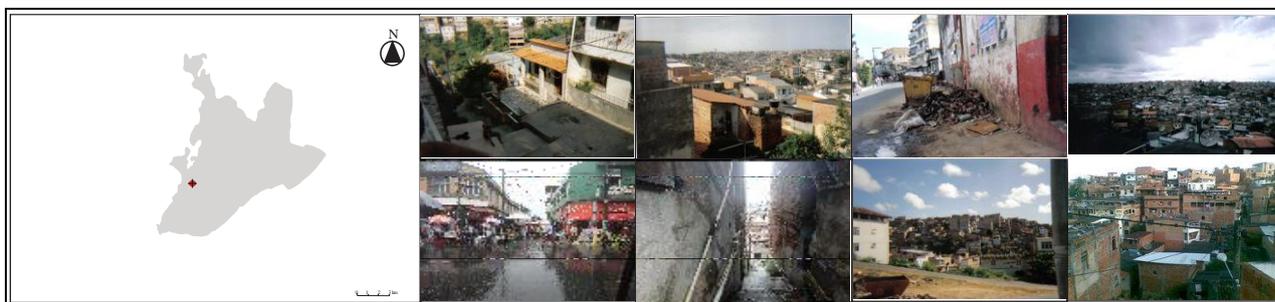
Na Liberdade, as unidades discretas de uma segunda geração, são majoritariamente autoconstruídas e datam depois da década de 1940. As vias de circulação são compostas por dois tipos básicos: as principais, que permitem o tráfego de veículos automotores, e as secundárias, onde um intrincado conjunto de vias como escadarias e caminhos estreitos permitem a circulação apenas de pedestres e pequenos veículos, como motos e bicicletas.

Nessa parte da morfologia, produzida para além da espacialidade tradicional, abriga-se uma parte da população pobre e negra, cuja primeira geração migrou do Pelourinho, Brotas e outras áreas encaixadas em vales. O tipo predominante de situação fundiária é o não formal (em termos urbanísticos) para a moradia, isto é, a ocupação do solo ocorreu via “ocupações coletivas” e/ou “loteamentos clandestinos”, isto frente aos órgãos de controle de uso do solo municipal e ao direito de propriedade. Tal fato, por motivos óbvios, cria consequências à hierarquização estratificada da morfologia do espaço, porque limita a reprodução do capital, mas este encontra brechas porque se realiza no cotidiano do local.

O bairro é disfuncional se pensado a partir da infraestrutura e gestão urbanística porque lhe falta praticamente tudo: calçadas, esgotamento sanitário, abrigos de ponto de ônibus, coleta de lixo adequada etc. A lista é extensa, contudo, na Liberdade a vida cotidiana revela uma luta árdua, escondida, silenciada desde sempre por dignidade. Isto não significa que as lutas estão ausentes, muito pelo contrário, elas existem à exata medida das necessidades.

As unidades discretas, em sua grande maioria, abrigam gerações de uma mesma família (não inclui apenas consanguinidade). No trabalho de campo que realizamos entre 2007 e 2009 notamos que a autoconstrução é verticalizada por conta disso. Há unidades com quatro a cinco andares, o que revela, por um lado, o tempo de ocupação e uso do solo em áreas irregulares ou não-formais e, por outro, os limites do habitar para esta parte da sociedade.

As fotografias que se seguem representam uma parte da Liberdade, mais precisamente o Liberdade/Pero Vaz (sub-bairro) e seu entorno, e ilustram uma parte do que acabamos de dizer, **Figura 3**.



**Figura 3:** Liberdade: exemplos topológicos. Fontes: Mapas da CONDER, 2000. fotografias: trabalho de campo, 2007 a 2009.

#### 4.2.3 O Jardim Armação e o “desejo de morar bem”

O bairro do Jardim Armação tem sua origem no ano de 1552 (século XVI) quando a Coroa Portuguesa concedeu a sesmaria do Rio Vermelho ao Conde de Castanheira (Don Antônio de Ataíde). Em 1839, a linhagem dos Castanheira chegou ao fim e as terras onde se localiza o bairro, conhecidas como Saraiva, foram vendidas à Marquesa de Niza (BAHIA, 1978). A partir desta, as terras chegam por espólio até a Senhora Joaquina Greve que resolve lotear a então Fazenda Armação Saraiva em outubro de 1967, dando origem a atual conformação de uso do solo (BAHIA, 1978).

Do final da década de 1960 em diante o Jardim Armação, como ficou conhecido, se tornou um bairro de segundas residências de veraneio para uma parcela da classe abastada da cidade. Sua aprazível praia atraía muitos frequentadores e, com o passar do tempo, sua ocupação foi se tornando permanente. Nas décadas seguintes o bairro mudou muito pouco em termos do seu perfil ocupacional. Contudo, no final da década de 2000, com as alterações na legislação urbanística da cidade, o bairro que abrigava basicamente casas deu lugar a um incessante construir de edifícios/condomínios para as chamadas classes médias.

Durante a realização de trabalho de campo em 2020 constatamos a suplantação de conjunto topológico por outro, isto é, as casas que outrora foram segundas residências praticamente não existiam mais. Elas foram sucedidas por edifícios em condomínios (**Figura 4**). Notamos ainda muitos lotes sem uso, mas com resquícios de demolição. Também observamos a presença de linhas de conflito morfológico pelo tipo de ocupação e uso do solo, isto é, formal versus informal ou irregular. A imposição do loteamento como tipo morfológico padrão não significou a completa “varredura” do espaço no sentido da homogeneização socioespacial. Isto nos indica como o processo de constituição da morfologia hierárquica estratificada capitalista é longo e conflituoso.

O Jardim Armação é uma amostra de como a morfologia hierárquica estratificada se conforma nas relações sociais consolidadas na cidade a partir da década de 1960. É um exemplo recente, um produto dessa morfologia. Isso porque ela estrutura desde a configuração do solo até as unidades discretas visíveis na paisagem, ou seja, produz um tipo espacial padrão. Além disso, funcionaliza as práticas espaciais e se projeta como representações do espaço/cotidiano.



**Figura 4:** Jardim Armação: exemplos topológicos. Fontes: Mapas da CONDER, 2000. fotografias: trabalho de campo, 2020.

## 5. Correlação entre os eventos analisados e a morfogênese espacial capitalista representada pela catástrofe cúspide

As análises dos eventos referenciados no item 4 servem-nos para cotejarmos a Teoria das Catástrofes, sobretudo, em relação ao que se entende como campo morfogenético, ruptura ou descontinuidade e, com efeito, o processo de morfogênese modelado pela singularidade do tipo cúspide.

Antes, porém, é preciso reiterar um fato. Os eventos históricos arrolados no item anterior indicam o sentido da reprodução social ao nível do habitar, e como ela se realizou em Salvador, ou seja, sua submissão à forma-mercadoria e a consequente regulação do processo pelo Estado.

A constituição do campo morfogenético capitalista sobre e na dimensão do habitar foi um processo engendrado desde muito cedo, antes inclusive que as evidências visíveis na paisagem da cidade indicassem sua constituição. Neste sentido, o termo do modo de habitar escravagista não poderia ter sido diferente do que realmente foi. Um apartar-se violento, disruptivo, mascarado pelo discurso e ação do Estado por meio do “urbanismo higienista” do início do século XX.

O tipo de morfogênese relacionada à ruptura ou descontinuidade, como indicamos na discussão teórica, é a cúspide. De acordo com Thom (1980) este tipo de morfogênese ocorre em três momentos sucessivos e interligados, os quais ele denominou de ruptura, dobra e catástrofe, e expressam a captura de uma morfologia por outro atrator. Em assim sendo, apresentamos na **Tabela 1** um cotejamento entre os eventos históricos de transformação da reprodução espacial de Salvador e a modelização morfológica thominiana, com a finalidade de buscar correspondências lógicas-empíricas.

**Tabela 1:** Comparação entre eventos relativos à reprodução espacial de Salvador e o modelo morfogenético (catástrofes cúspide)

Período histórico	Eventos da reprodução espacial em Salvador	Modelo morfogenético (Catástrofe cúspide)
1850-1920	Lei de Terras. Fim da escravidão e declínio da sociedade escravagista. Redução da produção de açúcar/fumo no Recôncavo Baiano. Emigração em larga escala.	Perda de potência de atrator original. Momento de instauração de crise da reprodução morfológica.
1920-1960	Separação de classes em Salvador. Surgimento do fenômeno intitulado "invasões". Início da formação do mercado de terras. Formação de bairros da elite como Barra e Graça.	Momento de ruptura de reprodução da morfologia que evolui para dobra (irreversibilidade do processo). Luta em atratores diferentes. As representações da cidade exaltam a “velha Bahia”.
1960 em diante	Inserção secundária da Bahia no processo de industrialização do país. A produção espacial passa para uma escala industrial. Instauração de um efetivo mercado imobiliário. Formação da Pituba e seu entorno.	A catástrofe se efetiva e a cidade é "explodida". Atrator industrial/urbano se sobrepõe ao agrário-comercial. Campo morfogenético da forma-mercadoria. Morfologia estratificada hierárquica.

Uma leitura dessa correlação, a partir da noção de morfologia hierárquica e os eventos analisados, permite-nos tecer as seguintes considerações:

I - O atrator A (agrário/comercial e regional) foi o primeiro a agir na produção e reprodução da cidade de Salvador. Sua força adveio da economia agroexportadora do Recôncavo e do regime de acumulação agrário, mas que com o cercamento dos campos (Lei de terras e a dissolução das relações escravocratas) entrou em declínio. No plano do urbano, este atrator perdeu potência no final do século XIX e chegou ao seu termo (ponto de ruptura) no final da década de 1920. A pesquisadora Profa. Dra. Ângela Gordilho Souza (2008), com base em seus estudos sobre habitação em Salvador, também reitera o fim da cidade histórica na década de 1920.

Na morfologia espacial, produto do atrator A, a estrutura da cidade seguia um padrão altamente concentrado, uma vez que diferentes atividades como a de poder e de comércio estavam justapostas. Também não havia ainda a constituição de espaços de segregação por classe social, pois os casarões abrigavam as classes sociais – fato já comprovado pelo importante estudo feito por Costa (1989). O que restou desta morfologia se concentra no agora “Centro histórico de Salvador” e adjacências com formas já

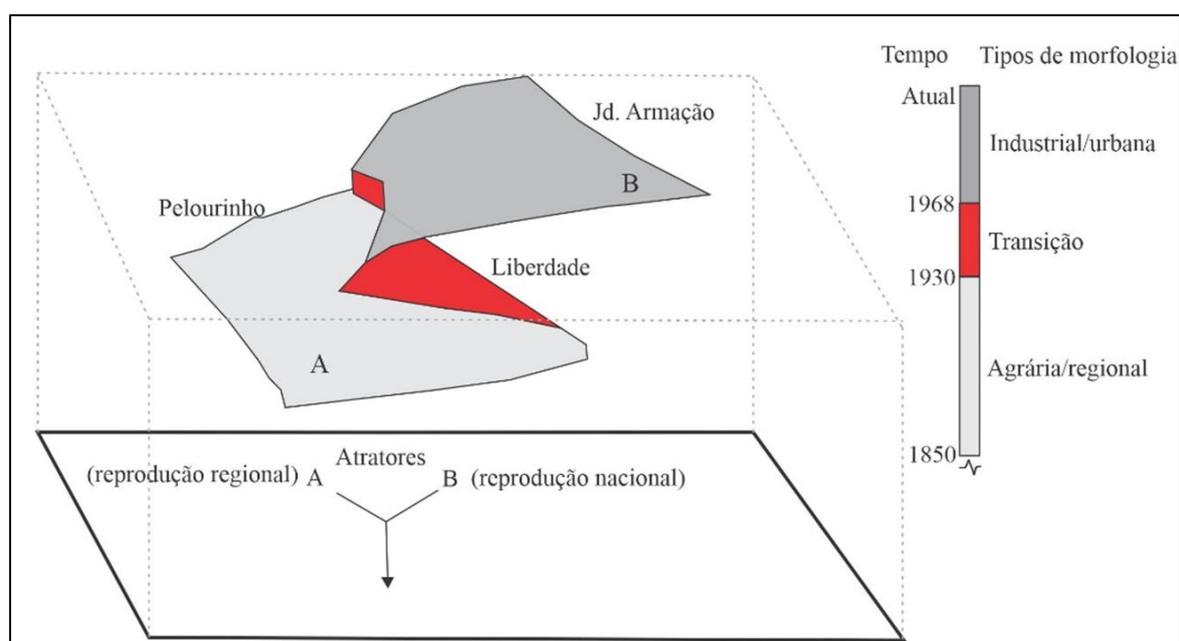
refuncionalizadas e, em muitos casos, apenas nas ruínas ou na sua completa substituição. A cidade de Salvador desse período é chamada de “a velha Bahia” e suas representações se alternam entre uma nostalgia de uma grandiosidade perdida e uma vergonha da sociedade que nela se reproduzia.

II - Foi com a ação do atrator *B* (industrial, urbano e nacional) que a morfologia urbana entrou em dobra por volta da década de 1930. Tal dobra se expressou por representações/discursos atrasados temporalmente do que já estava se processando materialmente e se fixaram em termos como, por exemplo, a denominada “crise de habitação”. Este fato conduziu ao desenvolvimento de uma morfologia mais complexa, porque adaptada às necessidades de reprodução do capital requeridas pela economia nacional, correspondente ao regime de acumulação industrial/urbano (OLIVEIRA, 2003).

A “explosão” da cidade para além do centro histórico e a constituição simultânea de bairros da classe dominante como Barra e Graça, de um lado, e bairros proletários de outro, como a Liberdade, por exemplo, são evidências concretas do processo de morfogênese capitalista. Entretanto, uma ressalva é importantíssima. O lote e, por associação, os loteamentos não foram estabelecidos na Liberdade conforme a legislação urbanística. O motivo já dissemos, a reprodução é crítica nos termos do capital (DAMIANI, 2009). Então, a morfologia capitalista nessa seção estudada da cidade, como também em qualquer outra que possua o mesmo fundamento, é anômala. Talvez isso ajude a entender o sentido dos programas governamentais de “regularização fundiária”.

III - A estruturação de um processo de acumulação capitalista na dimensão do habitar pela forma-mercadoria foi realizada pela métrica do lote e, conseqüentemente, em loteamento de terras os quais definiram uma tipologia de ocupação e uso do solo. Então, essa métrica do lote é o elemento morfo-topológico (unidade discreta) fundado pelo campo morfogenético pelo qual a (re)produção do espaço se reestruturou. De acordo com Brandão (1981) “foi pela rachadura da velha estrutura de controle do solo” que o lote impôs uma outra ordem jurídica fundiária. Destarte, todas as demais unidades discretas derivadas respondem, desde então, ao lote e sua configuração.

O ponto de catástrofe equivale, topologicamente, à efetivação de uma morfologia cujo traço principal são os loteamentos urbanizados sobre a antecessora. De acordo com a historicidade dos eventos levantados, a década de 1960 é o momento em que a catástrofe, como ápice da morfogênese, consolida-se ou se torna estável estruturalmente (**Figura 5**). A produção morfológica a partir de então realiza o campo capitalista em toda a sua dimensão abstrata, portanto, não se trata mais de considerar a habitação como algo fruto de uma singularidade, mas antes uma mercadoria que se insere em toda uma lógica na qual o menos importante é a dimensão do habitar. Isto não elimina a consideração da propriedade do solo, antes a inclui na reflexão.



**Figura 5:** Modelização da morfologia espacial de Salvador segundo a morfogênese tipo cuspide. Fonte: elaborado pelo autor com base em Thom (1983).

Além do lote, há outras unidades discretas topológicas que se estabelecem em conjunto, como a quadra, o arruamento, as casas de loteamentos e os edifícios/condomínios, mas estas são derivações lógico-formais. Com base nestas evidências é possível afirmar que a morfologia hierárquica estratificada do espaço capitalizado conduziu ao acúmulo de capital, via valorização de diversas dimensões do espaço social (solo, capital construído, capital especulativo, tributário etc.). Este acúmulo é diferencial e inclui desde o solo (inclusive como renda fundiária) e perpassa pelas formas concretas (visíveis) alcançando aquilo que Marx denominou de capital portador de juros porque é especulativo.

O Jardim Armação é uma evidência clara disso. O solo foi submetido à unidade padrão da produção do espaço capitalista (o lote). As unidades topológicas unidomiciliares foram substituídas em sua quase totalidade por unidades pluridomiciliares verticais. Esta sucessão topológica é um efeito frequente e tal situação justifica a existência de um mercado imobiliário.

IV - A análise dos subconjuntos de unidades discretas do Pelourinho e da Liberdade os quais não realizam a reprodução do capital em todos os níveis implicados, indica dois fatos. O Pelourinho é uma porção da morfologia que tem uma longa duração, resiste e se reproduz nos termos do capital porque a propriedade da terra se imiscuiu ao capital, mesmo que não seja do circuito produtivo, tendo o Estado como condutor da relação, por isso, tem destino certo mas arriscado. Afinal até onde o patrimônio material determina a reprodução do capital? Já a Liberdade é a realização do campo morfogenético capitalista de modo disfuncional porque não realiza o capital especulativo e muito provavelmente nem o fundiário. Mantida a estabilidade estrutural da morfologia descrita nesta pesquisa, a Liberdade continuará com seu destino desde sempre.

V - Por último e não menos importante, o Estado como regulador do campo morfogenético criado pela catástrofe capitalista no espaço. Diferentemente de como é representado, o Estado, especialmente no nível regulatório municipal, é uma instância que atende as demandas dos capitais em seu movimento de reprodução/acumulação. Consequentemente, a estabilidade estrutural da morfologia hierárquica estratificada depende do controle exercido sobre a ocupação e o uso do solo e, portanto, este é o papel do Estado no nível de realidade pesquisado.

## 6. Conclusões

A reprodução do espaço representa um lastro para a acumulação de capital em sua reprodução ampliada. A breve história contada aqui sobre os eventos relativos à dimensão do habitar retrata as discontinuidades deste processo e a reposição deste em outros termos estruturais, tomando-se algumas seções da cidade do Salvador como exemplos. O processo se reinstala em um patamar mais complexo e a morfogênese espacial da cidade revela isto ao projetar, após cada momento de ruptura, uma estratificação social cada vez mais marcada por relações de equivalência.

A crise que se implanta na reprodução social, inclusive espacial, não é lida por Lefebvre como apenas um retorno a um ponto anterior de acumulação primitiva, tal qual como se lê tradicionalmente na teoria marxista clássica. A crise da acumulação capitalista, ao longo do século XX, interpôs a ação direta do Estado no sentido da restabilização do processo. Por isso, para Lefebvre, a morfologia é hierárquica estratificada, porque coube ao Estado regular a estratificação sociológica enquanto morfologia espacial, para que se funcionalizasse a reprodução social. A bem da verdade, o que Lefebvre propôs foi superar uma interpretação marxista a respeito das crises de reprodução do capital (e da própria sociedade capitalista), ao lançar na equação do processo acumulativo duas outras dimensões (variáveis) até então menosprezadas: o espaço, ou melhor, a reprodução deste no circuito secundário do capital e, finalmente, o Estado como grande agente regulador deste processo.

Quanto à noção de morfologia hierárquica estratificada, proposta por Lefebvre e utilizada largamente nesta pesquisa, como ela nos ajudou epistemologicamente? Bem, penso que há que se pontuar os seguintes aspectos: primeiro, ela permitiu rerepresentar a reprodução do espaço como um processo de acumulação não só histórico, mas sobretudo de capital (valor); segundo, esta noção permite interpretar, estruturalmente, o espaço, portanto há um acréscimo teórico substancial à abordagem da reprodução do espaço; e, terceiro, integra o Estado e seus níveis de atuação à reprodução do espaço. Por tudo isto, nossa resposta é de que a noção lefebvriana constitui uma aquisição significativa à abordagem da reprodução do espaço e, por isso, defendemos que ela seja integrada ao quadro teórico da abordagem aqui adotada e promovida à condição de conceito.

Parafrazeando Lefebvre, nos perguntamos: a partir dessas reflexões aqui apresentadas, em que medida a noção de morfologia hierárquica estratificada sobreclassificaria o conceito de configuração territorial? Esta

pergunta reacende o debate entre as abordagens da organização e da reprodução do espaço, mas é evidente que ao usarmos esta noção lefebvriana acrescentamos também as noções de ruptura e morfogênese à discussão, e isto amplia e aprofunda a interpretação do processo de reprodução do espaço. Por outro lado, corremos o risco de cair em um “estruturalismo espacial” se tentarmos impor modelos morfológicos.

Há como pôr à prova toda a modelização até aqui interpretada? Sim há, mas para isso é necessário levantar dados de funções matemáticas de valorização do espaço, construir séries históricas, identificar os momentos de ruptura e compará-los por meio de distintos lugares. Logo, esta discussão não se encerra aqui.

A modelização morfológica espacial é uma abertura possível do contato entre a lógica formal e a lógica dialética. Assim como Lefebvre (1979), entendemos que a lógica formal é um momento da lógica dialética, portanto as modelizações representam uma parte da totalidade em seu movimento de formação. Isto não significa que todo o trabalho empreendido até aqui não tem relevância. Não se trata disso. Significa que entendemos a modelização como um instrumento interpretativo necessário à abordagem aqui usada.

De acordo com René Thom (1980) é possível construir modelos quantitativos de certas morfogêneses e isto inclui a cúspide para prever o desenvolvimento de uma morfologia. Por conta disso, faz-se necessário parametrizar a variável valor do espaço nas diferentes dimensões topológicas da morfologia através de funções algébricas. O desenvolvimento de funções algébricas corresponde a um desdobramento da reflexão que empreendemos neste artigo.

## Referências

AMADO, J. **Bahia de Todos os Santos**: guia das Ruas e dos Mistérios da Cidade do Salvador. São Paulo: Livraria Martins, 1956.

ARAÚJO, J. A. **A cidade revisitada**: modernização capitalista e reprodução da classe trabalhadora na periferia de Salvador. São Paulo: EDUSP, 2016.

BAHIA. Secretaria de Saneamento e Desenvolvimento Urbano; Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano. **A grande Salvador**: posse e uso da terra. Salvador: [s.n.], 1978.

BAITZ, R.; DAMIANI, A.; RUFINO, M. A aventura da sobrevivência do espaço periférico num mundo que o ignora e/ou o sevizia: três transduções e sua representação gráfica, sob desvio transdutor. In: OLIVEIRA, M. P. de; MARTINS, F. E. S.; GIANELLA, L. C. (Orgs.). **Dominação e apropriação na luta por espaço urbano**. Rio de Janeiro (RJ): Consequência, 2018, p. 13-48.

BRANDÃO, M. de A. R. Origens da expansão periférica de Salvador. In: **Planejamento**, vol. 6, n. 2, p. 125-142, 1981.

BRITO, C. de C. da T. de. A estruturação do mercado de terra urbana e habitação em Salvador-Ba a partir de 1970. In: **Revista Geotextos**, vol. 1, n.1, 2005, p. 51-80.

Casas dão lugar a condomínios no Jardim Armação, bairro em forte valorização. **Jornal Correio da Bahia**, Salvador, 3 de junho de 2012. Disponível em: [www.correio24horas.com.br/noticia/nid](http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid). Acessado em: 24 de janeiro de 2019.

Pesquisa ADEMI-BA registra crescimento na venda de imóveis no 2º trimestre. **Jornal Correio da Bahia**, Salvador, 18 de outubro de 2018. Disponível em: [www.correio24horas.com.br/noticia/nid](http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid). Acessado em: 24 de janeiro de 2019.

COSTA, A de L. R. da. **Ekabó! Trabalho escravo e condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX**. 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura/UFBA, Salvador, 1989.

DAMIANI, A. L. A urbanização crítica na metrópole de São Paulo a partir de fundamentos da geografia urbana. **Revista da ANPEGE**, Uberlândia, v. 5, p. 39-53, 2009. Disponível em: <http://www.anpege.org.br/revista/ojs-2.2.2/index.php/anpege08/article/view/29/pdf04>. Acessado em: 12 de janeiro de 2018.

- SOUZA, Â. G. **Limites do habitar: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico do Brasil, 1960. **Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico do Brasil, 1950. **Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico do Brasil, 1940. **Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.
- LEFEBVRE, H.; ALFREDO, A.; PAULA, C. M. de; FICARELLI, T. Da Teoria das crises à Teoria das Catástrofes. In: **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 138-152, 2009.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana [1970]**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade [1968]**. São Paulo: Centauro, 1999.
- LEFEBVRE, H. Perspectiva da Sociologia Rural. In: MARTINS, J. de S. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- LEFEBVRE, H. *Critique da le vie quotidienne III: de la modernité au modernisme (pour une métaphilosophie du quotidien)*. Paris : L'Arche, 1981.
- LEFEBVRE, H. *De l'État* – 4. Les contradictions de l'État moderne. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.
- LEFEBVRE, H. *Au-delà du structuralisme*. Paris: Éditions Anthropos, 1971.
- LEFEBVRE, H. *Critique da le vie quotidienne II: fondements d'une sociologie de la quotidienneté*. Paris: L'Arche, 1961.
- MARTINS, J. de S. **O Cativoiro da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARX, K. **O Capital [1867]: crítica da economia política**. Livro primeiro: o processo de produção do capital. 9 ed. São Paulo: Difel, 1984.
- NEVES, L. P. **O crescimento de Salvador e demais cidades baianas**. Salvador: CED/UFBA, 1985.
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista; o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, F. de. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- OSEKI, J. J. O único e o homogêneo na produção do espaço. In: MARTINS, J. de S. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- Prefeitura Municipal de Salvador (PMS). Órgão Central de Planejamento. **Disponibilidade de terras**. Inventário de Loteamentos, Salvador. 1977.
- Reforma do Pelourinho recuperará 100 casas em 4 quarteirões. **Jornal A Tarde**, Salvador, 6 de abril de 1992, Caderno 2, p. 3.
- SANTOS, M. **O centro da Cidade do Salvador: estudo de Geografia Urbana**. Salvador: Progresso, 1959.
- SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndio**. Efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

THOM, R. **Paraboles et catastrophes**: entretiens sur les mathématiques, la science et la philosophie réalisés par Giulio Giorello et Simona Morini. Paris: Flammarion, 1983.

THOM, R. **Modèles Mathématiques de la Morphogènese**. Paris: Christian Bourgois éditeur, 1980.

VASCONCELOS, P. de A. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2003.



Este artigo é distribuído nos termos e condições do *Creative Commons Attributions/Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual* (CC BY-NC-SA).